



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



PARECER JURÍDICO Nº 22/2017

Processo nº 457732/17	
Auto de Infração n.º 54662/2015	Data: 06/10/2015
Auto de fiscalização n.º 127/2015	Data: 25/09/2015
Infração: Art. 86 do Decreto 44.844/2008	Defesa: SIM

Empreendedor: Frigonildo Indústria e Comércio LTDA.	
Empreendimento Frigonildo Indústria e Comércio LTDA.	
CNPJ: 86.628.930/0001-00	Município: Montes Claros/MG.

Atividades do empreendimento:

Código DN 74/04	Descrição	Porte
D-01-03-1	Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.).	- M -

Código da Infração	Descrição	Classificação	Pena	Outras cominações
122	Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população.	Gravíssima	- Multa simples; - Ou multa simples e embargo de obra ou atividade; - Ou multa diária.	Quando for o caso, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração.

01.Relatório

Na data de 23/09/2015 foi realizada, conjuntamente com a Polícia Militar Ambiental de MG, fiscalização no empreendimento Frigonildo Indústria e Comércio LTDA-EPP, pelos técnicos ambientais Ozanan de Almeida Dias – MASP 1216833-2, Sérgio Ramires Santana de Cerqueira – MASP 1199654-3 e Márcio Sousa Rocha – MASP 1397842-4 e, por ocasião desta, foi lavrado auto de infração nº 54662/2015, pela verificação da seguinte violação:



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



Lançar efluente líquido industrial no solo e/ou curso d'água sem o adequado tratamento.

A infração foi enquadrada no código 122 do anexo I, do Decreto 44.844/2008, sendo as penalidades aplicadas multa simples, no valor de R\$ 30.052,27 (trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), e embargo do setor de tratamento de efluente líquido industrial.

02. Notificação e defesa – juízo de admissibilidade e reincidência

A notificação da autuada ocorreu em 06/10/2015, por ocasião da lavratura do auto de infração e a defesa foi apresentada, tempestivamente, em 23/10/2015, conforme protocolo nº. R0499814/2015, contendo, ainda, todos os elementos previstos no art. 34 do Decreto 44.844/08, satisfazendo, portanto, os pressupostos de sua admissibilidade, nos termos legais.

Ressalta-se que, em consulta aos sistemas CAP e SIAM, não foram localizados registros de infrações anteriores em nome do Autuado, hábeis a caracterizar reincidência.

03. Verificação de regularidade formal do Auto de Infração nº 54662/2015

A verificação prévia do Auto de Infração revela que o mesmo foi lavrado com todos os elementos formais essenciais, em estrita observância ao que determina o artigo 31, do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Assim, satisfeitos os pressupostos de admissibilidade do auto de infração e da defesa, passa-se à análise do mérito, na forma dos tópicos seguintes:

04. Dos fundamentos da defesa

No que tange à defesa apresentada, a autuada alega, em síntese:

- Que não procedeu ao lançamento de efluente líquido industrial no solo e/ou curso d'água sem o adequado tratamento, já que possui ETE instalada e outra em construção;
- Que não há dispositivos legais que estabeleçam critérios objetivos para a aplicação e quantificação da multa aplicada, nem correspondência entre o dispositivo legal supostamente violado pela autuada e a situação descrita no Auto de Infração, ensejando a insubsistência do mesmo.
- Que o porte do empreendimento deveria ser considerado como pequeno ou inferior, já que abatidas menos de 60 cabeças de gado por dia;

Ao final, requer a isenção da aplicação da penalidade, arquivando-se o auto de infração, com a consequente extinção do presente processo administrativo e, na hipótese de manutenção do Auto de Infração, que seja a penalidade modificada para advertência, em razão da sua primariedade quanto a infrações ambientais, ou que seja aplicada pena pecuniária de R\$ 50,00 (cinquenta reais), além da liberação do setor de tratamento de efluente líquido industrial.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



Foram juntados à defesa: cópia de solicitação, à SUPRAMNM, de inserção de Relatório de Controle Ambiental e Plano de Controle Ambiental ao processo de Licença de Operação Corretiva nº 00664/2001/001/2001, cópia do Cadastro Técnico Federal e um laudo técnico de funcionamento do sistema de tratamento de efluentes do empreendimento, assinado pelo engenheiro ambiental João Paulo Santos Fróis, sob o registro CREA-MG 150.999.

05. Análise dos fundamentos da defesa administrativa

Em sede de defesa, a autuada contesta a autoria e materialidade da infração verificada no Auto de Infração alegando que não procedeu ao lançamento de efluente líquido industrial no solo e/ou curso d'água sem o adequado tratamento, aduzindo, para tanto, que existe ETE no local da execução das atividades e que outra ETE estava em construção, invocando, inclusive, os dizeres, neste mesmo sentido, que constam no próprio Auto de Fiscalização. Porém, é possível notar que o Auto de Fiscalização vai além, atestando que, mesmo com a existência da ETE as irregularidades persistem, já que, nos dizeres apostos no referido documento, foi constatado que

“no entorno do separador de sólido, localizado próximo ao curral, o esterco estava depositado diretamente sobre o solo não impermeabilizado, local este também sem nenhum sistema de drenagem interligado à ETE.”

E, ainda, que,

“No tocante relacionado ao sistema de drenagem pluvial, observou-se que o mesmo tem conexões com a ETE, podendo sobrecarregá-la em momentos de chuvas.”

Também está asseverado que

“Segundo nos foi informado, o projeto de drenagem não está totalmente executado.” (Grifo nosso).

E prossegue:

“Averiguou-se que o sistema de condução dos efluentes da bucharia também está exposto a contribuições pluviais, uma vez que o piso externo tem conexões com as canaletas laterais que drenam os efluentes da bucharia para a ETE.”

Neste diapasão, é perceptível que os dizeres do Auto de Fiscalização invocados na defesa da autuada a respeito da ETE foram decotados de forma descontextualizada e incompleta, pois claro está que a simples existência da ETE no empreendimento não garante a regularidade da atividade, conforme restou demonstrado. Ademais, a segunda ETE ainda está em fase de



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



construção, motivo pelo qual, obviamente, não deve ser considerada para fins de se atestar a regularidade da atividade.

Como se não bastasse, os técnicos constataram que o efluente do Reator Aeróbio de Fluxo Ascendente (RAFA), que é um dos componentes da ETE em funcionamento, é encaminhado para a Caixa de Flotação (mais um componente da ETE), e desta última, é lançado no solo, fluindo em direção a uma segunda lagoa, e, posteriormente, o efluente é bombeado para uma terceira lagoa, que, de tempos em tempos, é esgotada, sendo que o referido efluente é lançado no solo de uma encosta.

Dessa forma, é possível perceber o inequívoco cometimento da infração, pela autuada, motivo pelo qual não lhe assiste razão ao aduzir que não procedeu ao lançamento de efluente líquido industrial no solo e/ou curso d'água sem o adequado tratamento, mesmo diante da apresentação, junto à sua defesa, de laudo técnico, assinado por Engenheiro Ambiental, discorrendo sobre as etapas do processo de tratamento de efluentes, já que, *data vênia*, referido documento é genérico, não fornecendo maiores detalhes sobre o funcionamento do sistema e, principalmente, não contesta ou se opõe ao que foi constatado e documentado no Auto de Fiscalização pelos técnicos ambientais.

Noutro giro, argumenta, ainda, a autuada, que não haveria dispositivos legais que estabelecessem critérios objetivos para a aplicação e quantificação da multa aplicada. Mais uma vez, não lhe assiste razão, pois os critérios estão claramente dispostos no Decreto 44.844/2008, a exemplo do que dispõe o Código 122, ora em análise, do anexo I, do mencionado decreto, que estabelece que a infração lá descrita é gravíssima, devendo ser imposta a penalidade de multa simples, a teor do mandamento, por sua vez, do art. 59, II, do referido Diploma Legal. Percebe-se, portanto, que não há que se falar em ausência de critério para a aplicação da multa, que está disposto, *in casu*, de forma objetiva, não sendo permitido, por exemplo, ao agente autuante, por interpretação subjetiva, cominar pena diversa da estabelecida, nem, muito menos é admissível a alegação da inaplicabilidade do Código 122 em comento, diante de suposta generalidade do tipo nele descrito, pois lá se encontra, de forma inequívoca, a conduta infracional de causar poluição ou degradação de qualquer natureza e, uma vez que restou comprovado que a autuada causou poluição com sua conduta, então não pairam dúvidas de que o código a ser aplicado para o caso é exatamente o 122.

Ainda insta salientar que a quantificação da multa aplicada, no importe de R\$ 30.052,27 (trinta mil, cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos) obedeceu, razoável e proporcionalmente, aos critérios objetivos de faixa da conduta e porte do empreendimento da autuada previstos na legislação, devidamente atualizada pela Resolução Semad nº 2261, de 24 de março de 2015.

Assevera, ainda, a autuada, em suas razões de defesa, que, devido ao abate, em seu empreendimento, ser da ordem de 50 (cinquenta) cabeças de gado por dia, o porte do seu empreendimento poderia ser considerado como pequeno ou inferior, haja vista que o potencial poluidor levaria em consideração a quantidade de abates de cabeças de gado por dia, conforme



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente – SUPRAM
Diretoria de Regional de Controle Processual – DRCP
Núcleo de Autos de Infração - NAI



estaria previsto na DN 74/04. Ocorre, contudo, que tal argumento também não merece prosperar, haja vista que o critério estabelecido pela referida Deliberação Normativa é o de capacidade instalada, conforme está disposto no código D-01-03-1, e não o de abates efetivamente realizados. Neste sentido, foi informado aos técnicos ambientais, pelo próprio representante da autuada, que, em que pese ocorrer, em média, o abate de 50 (cinquenta) cabeças por dia, a capacidade nominal (instalada) do empreendimento é da ordem de 200 (duzentas) cabeças por dia, corroborando, portanto, tal informação, para o perfeito enquadramento do empreendimento no porte médio, conforme disposição do código D-01-03-1.

Diante do exposto, pode-se afirmar que os fundamentos apresentados pela defesa não são suficientes para isentar a autuada da aplicação das penalidades, nem arquivar o auto de infração ou extinguir o presente processo administrativo, devendo a multa simples ser mantida, conforme cominação imposta no Auto de Infração, sem possibilidade de sua conversão em advertência, nem de redução para R\$ 50,00 (cinquenta reais), por absoluta ausência de previsão ou autorização legal para tais procedimentos, ainda mais no caso em análise, além do que a aplicação e valoração da multa estão de acordo com a legislação, não havendo porque serem alterados, devendo, ainda, ser mantido o embargo do setor de tratamento de efluente líquido industrial do empreendimento, devido ausência de comprovação da regularização da atividade pela autuada.

06. Conclusão

Por todo o exposto, opina-se pela improcedência das teses sustentadas pela defesa, para convalidar a pena de multa, no valor de R\$ 30.052,27 (trinta mil e cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos) e manter o embargo do setor de tratamento de efluente líquido industrial.

Finda a instrução, o processo deve ser encaminhado ao Superintendente Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas para decisão, conforme art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 47.042/2016. Após, retornem os autos a este Núcleo de Autos de Infração - NAI para a competente elaboração do DAE, intimando-se o interessado para o seu pagamento ou a apresentação de recurso no prazo de 30 (trinta) dias, o qual deverá ser dirigido ao COPAM, conforme previsto no art. 43 do Decreto 44.844/08, sob pena de inscrição imediata do crédito em Dívida Ativa do Estado.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Montes Claros, 21 de março de 2017.

Gestor Ambiental/ Jurídico Responsável pelo parecer jurídico	MASP	Assinatura
Carlos Frederico Bastos Queiroz	1403685-9	

Rua Agapito dos Anjos, nº 455 – Bairro Cândida Câmara – Montes Claros – MG CEP: 39401-040
Telefones: (038) 3212-3267 / 3212-3695

Carlos Frederico Bastos Queiroz
Gestor Ambiental - Jurídico
NIL NORTE - MONTES CLAROS - MG
MASP 1403685-9 - OAB/MG 95.500